

ESTADOS FALIDOS

Dívida de SP começa a ser negociada amanhã

Publica

José Paulo Lacerda/AE

Parente e Nakano vão se reunir para tratar da rolagem dos R\$ 36,7 bilhões do débito do Estado

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — São Paulo começa a negociar amanhã o refinanciamento de sua dívida pelo Tesouro Nacional. O secretário de Fazenda, Yoshiaki Nakano, vai reunir-se com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, para buscar um novo tratamento para os R\$ 36,7 bilhões que o Estado devia no dia 30 de março. "Quero para São Paulo o mesmo tratamento dado a Minas", costuma repetir o governador Mário Covas sobre o assunto.

"Tivemos com São Paulo uma discussão sobre os princípios da rolagem da dívida em julho", informou ontem ao **Estado** o secretário Parente, que coordena a renegociação das dívidas estaduais. Ele explicou que a reunião foi marcada a pedido de Nakano e não sabe qual proposta será apresentada.

Se o refinanciamento da dívida paulista seguir o mesmo modelo adotado em Minas Gerais, as dívidas registradas em 30 de março serão assumidas pelo Tesouro Nacional, que por sua vez as cobrará de São Paulo por um prazo de 30 anos, com juros reais anuais de 6%. Para obter a rolagem, porém, o Estado deverá quitar pelo menos 20% de sua dívida com a venda de estatais e se comprometer com um duro programa de ajuste que o proibirá de contrair novas dívidas durante alguns anos, até que o débito total caia para o equivalente a uma arrecadação anual.



Parente: "Já tivemos uma discussão sobre os princípios da rolagem"

Covas quer um tratamento igual ao dispensado ao governador de Minas, Eduardo Azeredo, mas, ao contrário deste, não está disposto a

privatizar o banco estadual para quitar parte da dívida. Enquanto Minas venderá o Credireal, Covas quer tratar o capítulo da privatização em separado, depois de encontrar um tratamento adequado para a dívida. Dos R\$ 36,7 bilhões que Covas pretende renegociar, R\$ 16,8 bilhões são devidos pelo Tesouro estadual ao Banespa, outros R\$ 4,3 bilhões à Nossa Caixa, e os R\$ 15,6 bilhões restantes são a dívida mobiliária (em títulos).

Parente disse que o governo não

vê com preocupação a reunião de governadores realizada ontem em Vitória (ES). "Os Estados são entes federativos autônomos, e não vemos nada demais em os governadores discutirem a questão do endividamento", comentou. Ele informou que deverá reunir-se com o governador do Espírito Santo, Victor Buaiz, ainda esta semana.

Só depois de ter uma idéia sobre como ficará o global das negociações é que o governo discutirá com o Congresso os novos limites do endividamento da União e dos Estados e os gastos extras do Tesouro, com os juros subsidiados que serão cobrados dos governadores. "Nunca pensamos na hipótese de não conversar com o Senado", frisou o secretário. Anteontem, um técnico da Fazenda havia informado ao **Estado** que estava sendo procurada uma fórmula para dispensar o pedido de autorização do Congresso para formalizar a renegociação das dívidas.



COVAS QUER TRATAMENTO IGUAL AO DE MINAS

Empresários pedem ao STJ ação contra governador

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) examina desde ontem pedido de ação penal contra o governador Mário Covas. A Associação

Brasileira dos Credores da Administração Pública (Abracap) acusa-o de improbidade administrativa por não pagar dívidas que so-

mam R\$ 5,5 bilhões. O governo alega "indisponibilidade de caixa", mas a entidade diz que Covas não incluiu o valor no Orçamento.